

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.291 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2001

## Conselho de Ética decide hoje se votação sobre quebra de decoro será aberta

Em reunião administrativa, os integrantes do órgão definem a forma como será apreciado o relatório de Roberto Saturnino a respeito do episódio da violação do painel eletrônico. O documento deverá ser entregue até o dia 17



Osmar Dias assinou ontem mesmo o requerimento para a CPI



Álvaro Dias descarta efeitos negativos na economia

### Osmar e Álvaro anunciam apoio à CPI da Corrupção

Senadores do PSDB do Paraná comunicaram a decisão ao Plenário. Segundo Osmar Dias, ficou claro que deverá prevalecer “uma proposta séria para investigar fatos determinados”. Álvaro Dias disse que há no país “um sentimento popular” contra a impunidade, e afrontá-lo “seria um grave erro”.

PÁGINA 4



PÁGINA 8

O Conselho de Ética define hoje se serão abertos ou secretos os votos de seus integrantes na apreciação do relatório sobre a possível quebra de decoro parlamentar por parte dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no episódio da violação do painel eletrônico do Plenário.

A decisão do conselho deve ser tomada em reunião administrativa marcada para as 17h.

O relatório deve ser apresentado até o dia 17 pelo senador Roberto Saturnino, que já se manifestou favorável ao voto aberto, ponderando, no entanto, que as votações seguintes deverão ser sigilosas, por exigência constitucional.

PÁGINA 3

### Eduardo e Saturnino discutem crise de energia

PÁGINA 5

### CE deve votar ampliação do PAS

A Comissão de Educação do Senado (CE) deve votar hoje projeto que amplia o Programa de Avaliação Seriada (PAS) nas instituições federais de ensino superior.

PÁGINA 7



Porte de arma nas ruas deve ser proibido se projeto for aprovado

### CRE analisa restrições ao uso de armas de fogo

PÁGINA 2

# CRE examina restrições ao porte de armas de fogo

O assunto é objeto de três projetos de lei do Senado que tramitam conjuntamente

O estabelecimento de restrições à fabricação, trânsito e porte de armas de fogo volta a ser discutido hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião prevista para o final da tarde.

As restrições às armas de fogo são tema de três projetos que tramitam em conjunto, apresentados pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e pelo então senador Djalma Falcão (PMDB-AL), que foi suplente do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), quando este assumiu o Ministério da Justiça. Essas proposições são relatadas pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), que defende a posse da arma de fogo pelos cidadãos comuns em suas residências, mas proíbe seu porte nas ruas. O porte ficaria restrito



Parecer de Pedro Piva veda porte de armas de fogo a cidadãos comuns

to a integrantes das Forças Armadas, a profissionais da segurança pública, desportistas, colecionadores e moradores da área rural.

A CRE vai examinar na mesma reunião acordo comercial com a Indonésia; acordo de cooperação cultural com a Bolívia; acordo de assistência jurídica em matéria penal com o Peru; tratado de amizade, cooperação e consulta entre Brasil e Portugal; convenção entre Portugal e Brasil para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal; e acordo abolindo a exigência de vistos entre Brasil e Hungria. Constam ainda da pauta dois requerimentos do senador Tião Viana (PT-AC): um propondo voto de censura do Senado ao governo do Afeganistão; e outro solicitando realização de audiência pública sobre drogas.

## Comissão ouve à tarde mais dois depoimentos



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investiga a ocorrência de roubo de cargas reúne-se hoje, a partir das 15h, para ouvir mais dois depoimentos. O primeiro deles será Gilberto Luiz Hidalgo. Às 16h, terá início o depoimento de Claudionor Santos.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI foi criada

com a finalidade de apurar o elevado crescimento do roubo de mercadorias em transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como fazer investigações sobre a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com o roubo de cargas.

Segundo as entidades representativas das empresas transportadoras, o prejuízo estimado com o roubo em todo o país é de R\$ 500 milhões ao ano.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2001

Presidente  
Senador Jader Barbalho  
18h - Recebe Ana Tiboyjuka, diretora-executiva da ONU

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Requerimento nº 227/01, do senador Jader Barbalho, solicitando consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que o Senado antecipe a concessão de licença prévia ao Supremo Tribunal Federal, na hipótese de formalização de denúncia contra o requerente, apresentada pelo procurador-geral da República; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, que altera o alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares); PLC nº 98/00, que acrescenta artigo à Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PDLs nºs 104 e 109, de 2000, PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 194/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLCs nºs 88/00 e 6/01, por regular a mesma matéria.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: PLC nº 97/00, acrescenta parágrafo único ao artigo 4º e dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola (estabelecendo que os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos de safra e os planos plurianuais); Diversos nº 29/96, informa ao Senado a determinação de que as competências dadas pela legislação, pelos Regimento Interno e Manual de Administração do Banco Central, concernentes aos assuntos de Fiscalização de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária, passam a ser exercidas, respectivamente, pelos diretores Cláudio Ness Mauch, Alkimir Ribeiro Moura e Francisco de Pádua Lopes, e permanecem inalteradas as competências e atribuições dos demais diretores; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

10h - Comissão Permanente do Idoso  
Pauta: definição do cronograma para o biênio 2001/2002. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

11h30 - Comissão de Educação  
Pauta: PLS nº 61/00, institui Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às instituições de ensino superior públicas; PLS nº 54/01, denomina Aeroporto Internacional de Viracopos - Governador Mário Covas o Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas (SP); PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 20/96, que dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus; PLC nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; PLC nº 118/00, denomina Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos - Governador André Franco Montoro o Aeroporto Internacional da Cidade de Guarulhos (SP); entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

15h - CPI do Roubo de Cargas  
Pauta: depoimentos de Gilberto Luiz Hidalgo e Claudionor Santos. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h - Conselho de Ética  
Pauta: votação de requerimentos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: apreciação de diversos PDLs de acordos; PLS nº 292/99, dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de armas de fogo; PLS nº 386/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; PL nº 614/99, proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Após a ordem do dia - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida, com a participação dos presidentes do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glaci Therezinha Zancan; da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasco), Edmundo Chada Bacarat; da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA), Edson Borges Júnior; entre outros convidados. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

### PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira  
11h - Sessão Solene do Congresso destinada a homenagear a memória do governador Mário Covas. Plenário da Câmara dos Deputados  
14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 44/00 (tramitando em conjunto com a PEC nº 45/00), altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera o alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares); substitutivo ao PLS nº 213/99-Complementar, altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, casos em que ocorre inelegibilidade; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 198/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre os PLSs 149 e 320, de 1999, que tramitam apensados, seja ouvida, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, a de Assuntos Sociais.

19h - Sessão Conjunta do Congresso destinada à apreciação de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo. Plenário da Câmara dos Deputados

### Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: votação nominal, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nº 201/01, do senador Romeu Tuma, solicitando o desapensamento dos PLSs nºs 131, de 1999, e 18, de 2000, dos PLSs nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73 e 203, de 2000, que tramitam em conjunto; nº 205/01, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92, de 1996, e 303, de 1999, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regular a mesma matéria; nº 206/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs 303, de 1999, e 156, de 2000, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regular a mesma matéria.

### Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira  
9h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: substitutivo ao PLS nº 284/99 (arts. 92 e 282 - RISF), que dispõe sobre a instalação de telefones públicos para pessoas portadoras de deficiência auditiva e da fala e usuários de cadeiras de rodas; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

10h - Comissão de Educação  
Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 236/96, que dispõe sobre a educação profissional em nível nacional.

Convidados: professores Maria Beatriz Gomes da Silva, diretora do Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação; Francisco Aparecido Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Tania Guerra, secretária-geral do Sindicato Nacional de Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação (Sinasefe); Alberto Borges de Araújo, coordenador da Unidade de Conhecimento e Tecnologia do Senai; e do consultor do Senac nacional, Joaquim Cardoso Lemos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

10h - CPI do Futebol  
Pauta: depoimento de Elmer Guilherme Ferreira, da Federação Mineira de Futebol. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h30 - CPI das ONGs  
Pauta: apresentação do plano de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

18h - Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos; e Aviso nº 133/00, que encaminha ao Senado o relatório de atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 1999. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

### Quinta-feira

10h - CPI do Futebol  
Pauta: depoimento dos ex-presidentes do Santos Futebol Clube José Paulo Fernandes e Samir Jorge Abdul Hak. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Voto aberto ou secreto deve ser decidido hoje

Conselho de Ética do Senado define como será apreciação do relatório sobre se houve quebra de decoro parlamentar por parte dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no caso da violação do painel eletrônico

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decide hoje, a partir das 17h, se serão dados de forma aberta ou secreta os votos que os senadores apresentarão ao relatório sobre se houve quebra de decoro parlamentar por parte dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem



Relatório de Saturnino deve sair até o dia 17

partido-DF) no processo relativo à violação do painel eletrônico de votação. O relatório deve ser apresentado até o dia 17 pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Saturnino já se manifestou favorável à votação do relatório em aberto, ponderando, no entanto, que as votações seguintes não poderão ser abertas, e sim sigilosas. A própria Constituição exige que as votações sobre punição de parlamentares no Conselho – o que acontecerá numa etapa posterior, se houver oferecimento de denúncia contra os senadores –, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Plenário sejam secretas. A votação que levou à cassação do então senador Luiz Estevão, em 28 de junho passado, foi secreta.

Foi exatamente a violação do painel após essa votação secreta que motivou as investigações do Conselho de Ética, depois que a revista *IstoÉ* divulgou o teor de uma conversa do senador Antonio Carlos Magalhães com três procuradores da República. Na

conversa, o senador admitiu que tinha lido a lista com os votos da sessão secreta, o que levou o Bloco Oposição do Senado a pedir as investigações para apurar responsabilidades.

Em entrevista, Roberto Saturnino manifestou ainda sua crença de que nenhum dos senadores titulares do Conselho de Ética de-

verá pedir afastamento, o que possibilitaria o voto de suplentes. “Ninguém deve fugir numa hora destas”, observou. O relator diz que vem recebendo “enormes pressões” e decidiu que não vai mais ler mensagens eletrônicas que vem recebendo, contra ou a favor de punições mais severas para os senadores Antonio Carlos e Arruda.

Na reunião do Conselho de Ética de, a ser presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), estarão em votação outros cinco requerimentos, a maioria indicando nomes para novos depoimentos. Todos eles, entretanto, foram superados pelos fatos dos últimos dias, desencadeados pelo depoimento de Regina Célia Peres Borges, ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen). Assim, a tendência é a de que os requerimentos sejam recusados pelo plenário do conselho. O senador Ramez Tebet já anunciou que as investigações sobre o “caso painel” estão encerradas.

## Arruda promete enviar documentação a senadores

Em entrevista coletiva que concedeu ontem em seu gabinete, o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) anunciou que enviará hoje a todos os senadores um conjunto de documentos que, conforme disse, esclarecerá qual foi a sua participação no episódio da violação do painel de votação do Senado.

Ele disse que, a exemplo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), vai começar a articular a sua defesa junto às forças políticas com as quais tem contato. Arruda reafirmou ter recebido do senador baiano a incumbência de fazer apenas uma consulta sobre a segurança do painel à então diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

Na opinião do ex-líder do governo no Senado, as manifestações de apoio que tem recebido de entidades de classe comprovariam que a pena de cassação do mandato é exagerada. Ela equivaleria, a seu ver, a condenar à pena de morte alguém que apenas esteve envolvido em um acidente de trânsito.

O senador comparou a sua participação no episódio com o vazamento de informações confidenciais para a imprensa por iniciativa de parlamentares integrantes de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Para Arruda, esses congressistas teriam cometido o mesmo crime de que ele está sendo acusado.

Quanto à declaração atribuída ao presidente da República de que “a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges foi a única que falou a verdade na acareação ocorrida na última quinta-feira”, o senador a classificou de duvidosa, por ter sido transmitida à imprensa por intermédio de um amigo pessoal. O senador disse que prefere acreditar que o presidente considerou a sua atitude digna e corajosa, como afirmou o porta-voz da Presidência um dia antes de Arruda renunciar ao cargo de líder do governo.

Arruda ressaltou que o fato de ter admitido que não falou a verdade deve servir de atenuante. No seu entendimento, pregar que uma pessoa pública não tem o direito de reconhecer um erro equivale a dizer que ela deve sempre insistir em uma única versão.



Arruda considera exagerada a pena de cassação

## Iris rebate “insinuações” de governador

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) rebateu ontem “insinuações” feitas pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB, que afirmou em entrevista à imprensa que “no Senado existem mais senadores corruptos. Aqui de Goiás, inclusive”. Iris disse que Perillo não tem autoridade moral para criticar ninguém e que não aceita esse tipo de insinuação.

O senador lembrou que nunca trouxe à tribuna assuntos da política estadual, mas prometeu retornar para fazer uma avaliação do governo goiano e explicar como Perillo ganhou a eleição, além de relatar casos como o desaparecimento de um processo encaminhado por um prefeito à Procuradoria da República, com denúncia de cobrança de 20% para a liberação de verbas federais e a participação de uma empresa de 0900 no recebimento de “doações milionárias” para a campanha eleitoral do governador.

– Temos muitos picaretas na política que fazem como aquele ladrão que rouba a bolsa da madame e, para confundir seus perseguidores, corre gritando “pega ladrão”. Da infâmia e da calúnia, nenhum político está livre. Prezo muito a minha honra de político honesto e todo senador tem o dever de esclarecer qualquer denúncia contra a sua pessoa – afirmou.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cumprimentou Iris por estar “colocando os pingos nos is” e disse que o povo de Goiás já percebeu o “grande equívoco” que cometeu ao eleger “esse governador pequeno”. Miranda disse que Perillo tem sido constantemente questionado e vaiado em eventos e solenidades. “Das 245 mil residências que ele prometeu durante a campanha, a única que ele construiu foi a mansão que tem em Pirenópolis”, afirmou.



Iris: todo senador precisa esclarecer denúncia

## Senado examina requerimento de Jader

O Senado vota hoje o requerimento apresentado pelo presidente da Casa, Jader Barbalho, para que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja antecipadamente autorizado a processá-lo, caso o Ministério Público formalize contra ele alguma denúncia. O requerimento exige consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que ela decida se é possível conceder essa autorização prévia ao STF.

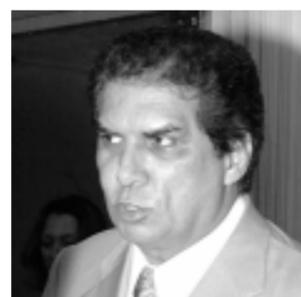
Também hoje o Senado realiza a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da pro-

posta de emenda à Constituição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. Aprovado em primeiro turno por 62 votos favoráveis e 2 contrários, o texto, se aprovado novamente, ainda precisará ser submetido ao exame da Câmara dos Deputados.

Em defesa da iniciativa, Sebastião Rocha diz que seu objetivo é propiciar a um país pobre como o Brasil o barateamento de um item fundamental no processo educacional. Lembrando que o Brasil tem índices alarmantes de misé-

ria e analfabetismo, ele defende sua emenda, entre outros argumentos, com a informação de que chega a 23 milhões o número de indigentes no país.

Na mesma sessão, o Plenário vota projeto alterando a lei que dispõe sobre a política agrícola, estabelecendo que o poder público procederá à identificação das áreas desertificadas, que somente poderão ser exploradas mediante a adoção de um plano de manejo, com emprego de tecnologia capaz de interromper o processo de desertificação. O Senado vota também cinco decretos



Jader propõe que STF o processe logo se houver denúncia do Ministério Público

legislativos destinados a outorgar ou renovar permissão para o funcionamento de emissoras de rádio em todo o país.

# Osmar e Álvaro Dias decidem apoiar CPI da Corrupção

Osmar já assinou. Álvaro anunciou que vai assinar o requerimento. Os dois senadores do PSDB paranaense descartam a possibilidade de a criação da comissão de inquérito ameaçar o desenvolvimento da economia nacional

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) anunciou ontem ter assinado o requerimento para a instalação da CPI da Corrupção, por entender que deverá prev



“uma proposta séria para investigar fatos determinados”, abrindo caminho para a obtenção de resultados concretos. Ele foi o 28º senador a assinar o pedido de CPI.

Segundo Osmar Dias, o requerimento inicial elaborado pelos partidos de oposição era muito genérico, incluindo itens já sob investigação na Polícia Federal e no Ministério Público, indicando “a instalação de um palco, entulhado de denúncias, em clima de muito holofote e pouca investigação. Por isso, estava hesitando em assinar. Agora, a proposta de CPI mudou”, garantiu.

Osmar negou, enfaticamente, que esteja sendo negociado no Senado um “acordão” para abafar o caso da violação do painel eletrônico e retirar assinaturas do requerimento para inviabilizar a CPI. Para ele, está na hora de recons-

truir a imagem da Casa, com os senadores assumindo posições tão rigorosas quanto a seriedade dos episódios exige.

— É impossível sequer imaginar uma “operação abafa”, quando a opinião pública no Brasil inteiro está exigindo investigação e punição exemplares — disse o senador.

Osmar Dias manifestou confiança de que não haverá retaliações por parte do Executivo contra o Paraná devido a sua decisão de assinar o requerimento para a instalação da CPI.



Osmar Dias: “Faço um apelo ao presidente para que colabore”

— Faço mesmo um apelo ao presidente para que colabore com os trabalhos, porque estou convicto de que a CPI não irá atrapalhar a economia do país. Vamos combater a corrupção e reaver o dinheiro roubado aos cofres públicos. Isso será bom para todos, inclusive para o governo e o presidente — concluiu Osmar Dias.

Em aparte, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que também assinará o requerimento da CPI da Corrupção somando, assim, 29 assinaturas no Senado. Para a instalação da comissão de inquérito, são necessárias assinaturas de 27 senadores. “A instalação da CPI é imprescindível”, justificou.

## MP da Sudene e da Sudam deve ser rejeitada, diz Maria do Carmo

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) propôs ontem que o Senado derrube, pelo voto, a medida provisória (MP) que extingue as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Norte (Sudam) e as substitui por agências de desenvolvimento. Para ela, essa “MP funesta” foi baseada em “erros crassos” que não levam em conta as desigualdades regionais. A sua rejeição, argumentou, obrigará o Executivo a apresentar “uma proposta responsável e conseqüente”.

As causas climáticas apontadas para a pobreza da região Nordeste, segundo Maria do Carmo, não justificam o atraso em relação ao Sudeste do país, pois já existe conhecimento e tecnologia para transformar regiões áridas em grandes produtoras de alimentos. “O que falta mesmo é o presidente querer agir e em poucos anos as secas, como fator de miséria e opróbrio para o nosso povo, desapareceriam do cenário nacional.”

Em seu primeiro mandato, lembrou a senadora, o presidente Fernando Henrique recebeu dos governadores nordestinos o Projeto Novo Nordeste, que poderia ter gerado 3,4 milhões de empregos dire-

tos, criado infra-estrutura hídrica adequada e assentado 100 mil famílias em lotes irrigados no semi-árido. O projeto foi “solenemente arquivado” sob o argumento de falta de recursos, relatou ela.

Segundo Maria do Carmo, a Sudene completou 41 anos com uma “excepcional folha de serviços prestados”, apesar de ter sido enfraquecida nos últimos anos devido aos “notórios preconceitos da área econômica federal”. Ela explicou que 27% do total recolhido pelos estados nordestinos em ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e 57% do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) são pagos por empresas que contam com financiamento do Finor — Fundo de Investimento do Nordeste — para sua implantação.

— Em quatro décadas, o Finor aprovou 3.058 projetos, gerando 459.307 empregos diretos e 1,4 milhão de empregos indiretos. Hoje, estão em fase de implantação 227 projetos, que deverão gerar 80,5 mil empregos diretos. Enquanto por critérios internacionais é aceitável uma inadimplência de 2% nos créditos a longo prazo, apenas 1,7% do total aplicado nos projetos incentivados



Para a senadora Maria do Carmo, a proposta de extinguir a Sudene baseia-se em “erros crassos”

foi perdido — comparou.

Maria do Carmo rebateu críticas à Sudene que a classificam como “um saco sem fundos por onde se exauriam os subsídios nacionais”. Segundo ela, ao longo de 26 anos de existência do Finor, a região recebeu apenas R\$ 15,98 bilhões. “Quantia desprezível na cabeça daqueles gentis senhores que, num espaço de apenas dois anos, gastaram US\$ 22 bilhões para recuperar bancos falidos, por meio do Proer”, afirmou.

Para a senadora, as informações sobre o “rombo” financeiro da Sudene foram encaminhadas ao Ministério da Integração Nacional e por ele distorcidas. “Mais que isso, distribuídos maldosamente para a imprensa nacional, em mais uma armação contra o Nordeste”, avaliou. Segundo ela, ao longo de 41 anos, 653 projetos foram excluídos pelas mais variadas razões, mas não por corrupção e sim pelo descumprimento de normas burocráticas.

## Para senador, Congresso não pode ficar à margem de investigação

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que anunciou ontem que vai assinar o requerimento para instalar a CPI da Corrupção, disse que “há um clamor popular propondo o sepultamento da impunidade no Brasil e que afrontar esse desejo seria um grave erro”.



Álvaro Dias: “Afrontar um clamor popular seria um grave erro”

Álvaro explicou que, a princípio, considerou que a CPI poderia ser inconstitucional. Mas, após constatar os precedentes de outras CPIs de apelo amplo e genérico instaladas pelo Congresso, decidiu apoiar a sua criação.

Ele acrescentou que, ao longo dos seus dois anos de mandato como senador, tem procurado tomar decisões de acordo com sua consciência, o que o levou muitas vezes a discordar do governo e do partido ao qual pertence, o PSDB.

Para o senador, a comissão não comprometerá o projeto de desen-

volvimento do Brasil. “A economia passará ao largo dessa crise política”, afirmou. Ele reconheceu que o presidente Fernando Henrique tem tentado enfrentar a corrupção, mas observou que “só isso não é suficiente, porque os parlamentares não podem ficar à margem do combate à corrupção”.

O senador defendeu, ainda, a aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que altera o instituto da imunidade parlamentar para estabelecer que, nos crimes comuns, o processo seja instaurado sem licença prévia da Casa a que o parlamentar pertencer. O senador lembrou que a proposta encontra-se na Câmara dos Deputados desde 1998, quando foi aprovada pelo Senado.

## Mauro quer evitar fraudes em urna eletrônica

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu em Plenário a aprovação do projeto de lei de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que aperfeiçoa a legislação eleitoral, evitando possíveis fraudes e tornando a votação eletrônica mais segura. Ele citou o caso da violação



Mauro Miranda defendeu o projeto de Roberto Requião

do painel eletrônico do Senado e a habilidade de *hackers* que conseguem invadir sistemas de computadores tão sofisticados como o do Pentágono, nos Estados Unidos, para questionar a segurança dos sistemas de votação eletrônica.

— Se eles (os *hackers*) conseguem fazer isso, por que não fraudariam sistemas certamente muito mais simples como uma urna eletrônica? — perguntou.

Mauro Miranda informou que a proposta, que será apreciada dentro de alguns dias pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, entre outras modificações, introduz importantes aperfeiçoamentos na legislação eleitoral: evita a identificação do eleitor quando ele digita o número do seu título eleitoral; permite a conferência do voto pelo eleitor no momento da votação, com a impressão do voto pela própria urna; e ainda estabelece uma recontagem, por amostragem, de 3% das urnas eletrônicas.

Em apelo dirigido à Câmara dos Deputados, para onde a matéria deverá ser enviada logo após sua aprovação pelo Senado, Mauro

Miranda solicitou rapidez na votação do projeto, a fim de que as novas medidas sejam implantadas para as eleições de 2002. Ele sugeriu também que o Tribunal Superior Eleitoral esteja sempre “vigilante” quanto às possibilidades de fraude que vêm sendo apontadas no sistema de votação eletrônica.

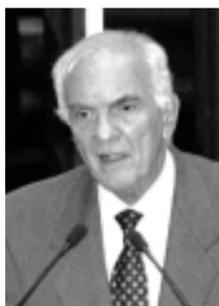
— A crise de credibilidade pela qual passam as instituições no Brasil exige que tomemos todas as precauções. Parece sensato pensar que conquistar a confiança do povo brasileiro, tanto nas suas instituições quanto nos homens públicos que as fazem, começa pela garantia do respeito à manifestação da vontade popular nas ruas — argumentou Mauro Miranda.

Em aparte, Iris Rezende (PMDB-GO) concordou que o sistema eletrônico de votação no país corre o risco de ser fraudado.

# Saturnino sugere que o governo confesse erros e ouça a população

Para o senador, Executivo deve reconhecer equívocos na política energética, na abertura indiscriminada do mercado e na área social

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sugeriu ao governo federal que, aproveitando o momento em que a população está cobrando ética e verdade dos homens públicos, confesse os erros que cometeu na condução da política energética, na abertura indiscriminada do mercado e na área social. Ele também apelou



Roberto Saturnino defende plebiscito sobre adesão à Alca

aos senadores para que aproveitem projeto de sua autoria que prevê a realização de plebiscito a respeito do ingresso do Brasil na Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Além de sugerir que o governo confesse que errou ao privatizar empresas do setor elétrico ao invés de mobilizar recursos para a implantação de novas usinas, Saturnino propôs que a população seja convocada para discutir os rumos que o país deve tomar para resolver a

crise energética. "A hora é de confissão perante a população e de discussão de uma política alternativa capaz de retirar o país da perspectiva de colapso", afirmou.

Lembrando que o Brasil está há vários anos sem receber investimentos na área energética, Saturnino criticou o governo por ter utilizado os recursos da privatização

de empresas do setor no pagamento de compromissos com o mercado financeiro. Ele pediu que o governo "pare de enganar o país" apresentando o programa de usinas termelétricas como solução, pois os empresários não estão demonstrando interesse em investir nessas usinas.

O senador também aconselhou o governo a confessar que errou ao promover uma abertura indiscriminada aos produtos fabricados nos

outros países, para atender a um modelo estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). "O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicou um relatório mostrando que a proposta de aumentar a produtividade submetendo as empresas nacionais à concorrência de indústrias estrangeiras muito mais avançadas conduziu o setor industrial brasileiro a um desastre", destacou.

Na opinião de Roberto Saturnino, é fundamental que o governo assumira seus erros e mobilize a população a fim de enfrentar as pressões para que o Brasil assine o acordo de implantação da Alca. "Uma vez esse acordo assinado e posto em execução, vai devastar o que sobrou da nossa indústria", previu Roberto Saturnino. Ele acrescentou que o governo também deve confessar o fracasso nos seus programas sociais e assumir que o modelo neoliberal é incapaz de resolver os problemas no setor.

# Antonio Carlos pede apoio para reerguer a lavoura de cacau

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez ontem um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e em especial ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que atendam a uma antiga reivindicação da Bahia e revejam a política de investimentos para o setor cacauzeiro. Ele advertiu que o problema de produção de cacau no seu estado é grave, tanto que está levando os cacauicultores baianos "a perderem as suas esperanças".



ACM fez apelo a Fernando Henrique e Malan para que atendam ao setor cacauzeiro

Antonio Carlos disse que falou com o presidente Fernando Henrique, com ministros da área econômica e com o ministro da Agricultura e do Abastecimento, pedindo um tratamento de equidade do cacau com os demais produtos agrícolas nacionais, mas até hoje não foram tomadas providências. Ele enfatizou que o Brasil, que já foi o maior produtor de cacau do mundo, hoje importa o produto.

O senador afirmou que o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratinha de Moraes, encaminhou há cerca de três meses ao Ministério da Fazenda um estudo contendo sugestões para reer-

guer a lavoura de cacau, sobretudo na Bahia, mas, até agora, não há qualquer manifestação da área econômica sobre o assunto. ACM informou que a reabilitação da cultura cacauzeira é possível por meio do processo de clonagem.

O senador pediu ainda ao governo federal que implante, o mais rápido possível, na Bahia, o Programa de Erradicação da Pobreza – projeto de sua autoria – e o Projeto Alvorada. Segundo ele, esses projetos já estão sendo desenvolvidos em vários estados, mas nenhum recurso foi repassado ao estado da Bahia.

# Eduardo quer racionalização sem penalizar consumidor

Os cidadãos pobres arcarão com os maiores sacrifícios do programa governamental de racionalização de energia elétrica se prevalecesse a multa que estava sendo cogitada, na opinião do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Em discurso pronunciado ontem, antes do anúncio de que o governo pretende substituir a adoção de multa para os que não economizarem energia por um incentivo aos que reduzirem o consumo, o senador criticou a proposta que seria examinada hoje pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

– Sou favorável à racionalização do consumo e tenho certeza de que o povo brasileiro teria boa vontade em contribuir com um programa assim, mas o que não se pode é penalizar e diminuir o padrão de vida daqueles que já têm reduzido, e muito, o consumo – observou.

Lançando mão de documento divulgado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), o senador explicou que os consumidores pobres estão situados em fai-



Eduardo diz que o povo teria boa vontade com um programa de racionalização

xa de consumo compreendida entre 120 e 220 kW/mês. Calcula-se que 73% dos consumidores em geral estariam sujeitos a multas equivalentes ao dobro do preço normal para quem consumisse entre 50 e 100 kW, e até 15 vezes o preço normal para quem gastasse acima de 1.000 kW.

Em outubro de 1998, o Idec promoveu um teste em geladeiras, por meio do qual se verificou que a geladeira mais econômica do mercado (300 litros) consumia 24 kW/mês e a menos econômica, 55 kW/mês. Assim, o programa de racionamento por cotas, mantido o limite de isenção em 50 kW/mês, como pretendia o governo, seria inexecutável,

na opinião dos dirigentes do Idec.

Eduardo encampou algumas propostas do Idec, como a não aplicação de multa a quem mantiver, a cada mês, o consumo residencial igual ao registrado no mesmo período em 2000. Ele também propôs que seja dado desconto na tarifa em escala proporcional à redução aos consumidores residenciais que gastarem menos energia. Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou que os consumidores de baixa renda já não têm como economizar, pois não conseguem nem arcar com as tarifas atuais.

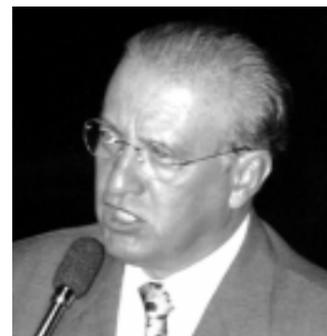
Conforme Eduardo, além de basear-se na falsa premissa de que a escassez de energia é decorrente da falta de chuvas, quando resulta da falta de investimentos, o programa de racionamento não contou em sua elaboração com entidades de representação dos consumidores. Ele observou que a Agência Nacional de Defesa do Consumidor ainda está em fase de criação e no Senado prossegue a luta para a criação da Comissão de Defesa do Consumidor.

# Citricultura de Sergipe está em crise, alerta Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou em Plenário, ontem, preocupação com a crise da cultura de laranja de Sergipe, sem precedentes na economia do estado. Segundo ele, a crise na citricultura é causada pelos altos juros e correção monetária cobrados pelo Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste (BNB), que financiam a produção.

O senador anunciou a mobilização dos políticos sergipanos em defesa da produção de laranja, que chegou a empregar 100 mil pessoas, há poucos anos. Um encontro de prefeitos, deputados e senadores no município de Buqui (SE), um dos maiores produtores do estado, marcou, de acordo com Valadares, a tentativa de encontrar soluções em defesa da citricultura.

Valadares defendeu gestões junto ao governo federal para socorrer os agricultores. O senador, que já foi governador do estado, salientou que Sergipe é o segundo maior produtor nacional de laranja, mas, por causa do endividamento dos pequenos e médios produtores, a produção anual



Valadares atribui a crise aos altos encargos cobrados nos financiamentos do BB e do BNB

caiu de 1 milhão de toneladas para 250 mil. Ele defendeu um prazo maior para o pagamento das dívidas e uma redução nos juros cobrados pelos bancos, salientando que a crise já provocou o desemprego de 60 mil trabalhadores rurais.

– O desaparecimento da cultura da laranja é um prejuízo descomunal para os 14 municípios produtores e para toda a economia de Sergipe – disse, apontando para o despovoamento dos municípios produtores, provocado pela crise.

# Quintanilha cobra medidas de proteção aos idosos

Segundo o senador, o Ministério da Previdência e Assistência Social deve explicar por que não implantou ainda o Conselho Nacional do Idoso

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) cobrou ontem do Ministério da Previdência e Assistência Social a implantação urgente do Conselho Nacional do Idoso. O ministério, disse o senador, precisa explicar por que a entidade, que atuará junto a cerca de 14 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos, ainda não está funcionando.

— O conselho é um órgão da maior importância para o país e precisa ser implantado com toda urgência possível, pois será responsável pela formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas, conforme preceitua o artigo 7º da Lei nº 8.842 — destacou o parlamentar.

Segundo Quintanilha, a avaliação das ações dos órgãos responsáveis pela valorização do idoso no



Leomar Quintanilha considera que o conselho é da "maior importância" para o país

Brasil não está sendo efetivada a contento, pois falta um órgão competente para formular e coordenar essas iniciativas. O Conselho Nacional do Idoso, frisou o senador, vai fiscalizar os asilos que mantêm idosos portadores de doenças que exigem assistência médica permanente ou de enfermagem inten-

siva. A permanência ou não do idoso doente em instituições de caráter social, conforme Quintanilha, dependerá de avaliação médica prestada pelo serviço de saúde local. Atualmente, afirmou, os idosos enfermos continuam internados nesses locais, quando deveriam estar recolhidos em hospitais.

Quintanilha informou que a primeira reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, da qual é presidente, será realizada hoje, às 10h, no plenário da Comissão de Assuntos Sociais. O objetivo, de acordo com o senador, é estabelecer o programa de trabalho da subcomissão para o biênio 2001-2002.

Integram a Subcomissão Permanente do Idoso, juntamente com Quintanilha, os senadores Geraldo Althoff (PFL-SC), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Marluce Pinto (PMDB-RR), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Waldeck Ornélas (PFL-BA).

## Um "site" na Internet para a terceira idade

A criação de um site na Internet com informações sobre as leis existentes em favor dos idosos é uma das propostas que a Subcomissão Permanente do Idoso deverá analisar na reunião marcada para as 10h de hoje. A página da terceira idade na rede mundial de computadores deverá conter também as decisões das reuniões da subcomissão e as opiniões dos senadores sobre o tema, além de endereço eletrônico (*e-mail*) para o recebimento de mensagens.

A subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, é presidida pelo senador Leomar Quintanilha. Outra propos-

ta é a instalação de uma linha de discagem gratuita (0800), no gabinete do presidente da comissão, para receber sugestões e denúncias sobre a situação do idoso no país. Os senadores da comissão também planejam realizar viagens aos estados para conversar com governadores, secretários da área, presidentes de conselhos estaduais de idosos e especialistas.

A reunião de hoje discutirá ainda a realização de audiências públicas com as artistas e apresentadoras de TV Hebe Camargo e Inezita Barroso, que têm mais de 70 anos e continuam trabalhando. Também poderá ser ouvido o

cantor Juca Chaves, que compôs uma canção tratando da questão do envelhecimento. A série de audiências propostas seria encerrada com a secretária nacional de Assistência Social, Wanda Engel, responsável pela implementação da política nacional do idoso.

Os senadores que integram a subcomissão pretendem também estudar todas as leis já aprovadas e em vigor no Brasil sobre a terceira idade, no intuito de elaborar novas proposições legislativas que visem valorizar o idoso nas áreas de seguridade, assistência, previdência, proteção à saúde e à integridade.

## TV Senado debate a alimentação infantil

O programa *Cidadania*, da TV Senado, debate hoje a importância da alimentação infantil. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e o pediatra Máiron Lima concordam que o aleitamento materno é fundamental na prevenção de doenças infantis. Máiron, que também é presidente do X Congresso Brasileiro de Gastroenterologia Pediátrica, explica que o bebê alimentado por leite materno tem 20 vezes menos chances de ter otite que os outros bebês. O *Cidadania* vai ao

ar às 6h30 e às 13h30.

No *Entrevista*, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) fala sobre o racionamento de energia. Segundo afirma, mesmo sendo drástico, o racionamento é essencial. Para ele, um país com as dimensões do Brasil não pode deixar que suas indústrias fiquem sem energia para não permitir uma diminuição no ritmo do crescimento econômico brasileiro. O *Entrevista* é exibido às 7h30 e às 20h30.

A política nacional de trans-

portes é o tema do programa *Entrevista* das 9h30. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) faz um balanço da situação atual das estradas brasileiras, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Para o senador, o programa de privatização não está resolvendo o problema das rodovias que recebem menor fluxo de transporte.

A TV Senado transmite ao vivo, às 10h, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Estão na pauta 12 itens.

## Senado lançará obra rara na Bienal do Livro do Rio

O Senado Federal já confirmou sua participação na X Bienal Internacional do Livro, de 17 a 27 de maio, no Rio de Janeiro, quando lançará seis livros. Entre os títulos há alguns considerados raros, conforme o Conselho Editorial do Senado, que está reeditando obras de grande valor histórico, como *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, de Luís Edmundo.

Disputado em sebos, o livro, lançado originalmente em 1932, está, segundo artigo publicado no jornal *O Globo*, entre as obras que possuem a peculiaridade de contar "não a história, mas a *petite histoire* da cidade, aquela não óbvia, como a dos tipos que se escondiam atrás de trapos sórdidos, cortinas sujas e esfrangalhadas que nas tabernas do fim do século 18 afastavam de olhares curiosos o negro malandro, a escrava revel, que aí vão bebericar, jogar, cantar, tanger o berimbau, o mutungo e a marimba".

Na opinião do bibliófilo José Mindlin, "Luís Edmundo é um autor único", razão pela qual ele considera importante que se volte a estudar a obra do autor. Para melhor avaliar a repercussão de *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* no panorama literário nacional, note-se que Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, cita-o como fonte inúmeras vezes.

Durante a bienal, o Conselho Editorial também vai expor no estande do Senado outros cinco lançamentos: *O Rio de Janeiro Como É* (1824-1826), de C. Schlichthorst, e *Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil*, de Daniel P. Kidder, ambos da coleção *O Brasil Visto por Estrangeiros*, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de S. Sissom; *Conselho aos Governantes*, da coleção Clássicos da Política, que retrata idéias de filósofos e pensadores políticos; e *História das Idéias Políticas no Brasil*, de Nelson Nogueira Saldanha.

## Publicação mostra a reforma recente do Estado brasileiro

A Biblioteca do Senado promove hoje, a partir das 18h30, o lançamento do livro *Reforma e Modernização do Estado no Brasil: Aspectos da Experiência Brasileira Recente*, organizado por João Paulo M. Peixoto, professor da Universidade de Brasília (UnB) e responsável por um dos cinco estudos publicados no volume. O evento é uma iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e do reitor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, José Teodoro Soares.

O organizador faz um balanço conceitual das noções de ideologia e de reforma do Estado para explorar as mudanças no ideário que tem orientado as políticas nacionais no período recente, associadas à supe-

ração de situações fiscais críticas.

Os outros autores, também professores da UnB, abordam o projeto da social democracia no Brasil e na América Latina (Estevão de Rezende Martins), a implementação de contratos de gestão na administração pública brasileira (Humberto Falcão Martins) e as dimensões teóricas e práticas do processo de privatização promovido pelo governo brasileiro (Luiz Fernando Terra Tallarico). No texto final, os professores Benício Vero Schmidt e Henrique Carlos de Castro analisam as mudanças nas relações entre democracia e sistemas de proteção social, assim como as reações às políticas neoliberais introduzidas pelos governos do Brasil, Argentina e Chile.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Geraldo Althoff e o pediatra Máiron Lima falam sobre o alimento infantil  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Alberto Silva fala sobre o racionamento de energia  
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro  
9h — *As Cores do Brasil* — Rio Grande do Sul  
9h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Alcântara fala sobre a política nacional de transportes

10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação (gravado)  
13h30 — *Cidadania* — O sen. Geraldo Althoff e o pediatra Máiron Lima falam sobre o alimento infantil  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — Comissão de Assuntos Sociais — Reunião para instruir o projeto que trata da reprodução assistida.  
20h30 — *Entrevista* — O sen. Alberto Silva fala sobre o racionamento de energia  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Jonas propõe mudanças na lei sobre cooperativas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou projeto de lei regulamentando o funcionamento das cooperativas de trabalho, que, segundo informou, são mais de 25 mil em todo o país e constituem importante



Segundo Jonas Pinheiro, há hoje no Brasil mais de 25 mil cooperativas

alternativa de renda para cerca de 4 milhões de pessoas. A proposta atualiza a legislação relativa ao tema, mediante a criação de um capítulo específico sobre as cooperativas de trabalho na Lei nº 5.764, de dezembro de 1971.

Em discurso no Plenário, o senador Jonas Pinheiro denunciou a proliferação de “cooperativas de fachada” que se valem de “maneira fraudulenta” das isenções tributárias concedidas às cooperativas de trabalho, como forma de burlar a legislação trabalhista e previdenciária.

Com o projeto, o senador quer definir a natureza jurídica da relação entre a cooperativa e seus

associados. A intenção é deixar claro o vínculo de trabalho entre os associados e a cooperativa que os representa coletivamente. Jonas Pinheiro quer também garantir os direitos já ratificados do trabalhador.

Outro objetivo é ampliar o regime de autogestão, que caracteriza todas as sociedades cooperativas. A ideia, explicou o senador, é eliminar a condição de inferioridade do trabalhador cooperado estabelecida nesse tipo de sociedade.

O senador destacou que a elaboração do projeto de lei foi precedida de um longo processo de debates e de negociações entre os representantes do movimento cooperativista e integrantes dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, além de especialistas e estudiosos da matéria.

## CE vota hoje projeto que amplia vagas para o PAS

A Comissão de Educação (CE) deve votar hoje, a partir das 11h30, projeto do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) obrigando as instituições de nível superior integrantes do sistema federal de ensino, não credenciadas como universidades, a implantar o Programa de Avaliação Seriada (PAS). O programa permite ao aluno do segundo grau entrar para a universidade sem prestar o vestibular, desde que seja aprovado em três avaliações, realizadas ao término de cada uma das séries do ensino médio do segundo grau.

De acordo com o projeto, as instituições educacionais deverão reservar pelo menos 25% das vagas para os alunos que participem do programa. Para Arruda, o PAS, já implantado pela Universidade de Brasília (UnB), vem obtendo bons resultados, razão pela qual o senador entende ser necessário expandir a experiência para todo o país. A proposta dá um prazo de cinco anos para que as instituições adotem o novo sistema.

A Comissão de Educação, pre-

sidiada pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), examina na mesma reunião projeto que inclui a disciplina Informática nos currículos escolares do primeiro e segundo graus. O projeto acrescenta dispositivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Segundo o relator, senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ), conhecimentos de informática tornarão os alunos mais atualizados e melhor preparados para o mercado de trabalho.

A CE também aprecia projeto da Câmara que cria o Fundo Nacional de Alimentação (FNA) e o Programa Nacional de Apoio à Infância (Pronai). Ambos têm por objetivo oferecer alimentação a gestantes e a crianças de zero a sete anos de idade em todo o país. A comissão vota ainda projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) denominando Governador Mário Covas o Aeroporto Internacional de Viracopos, na cidade de Campinas (SP), e projeto do deputado Silvio Torres (PSDB-SP) denominando Governador Franco Montoro o Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP).

## Hartung defende aprovação urgente da nova Lei das S.A.

Para o senador, o projeto, que aguarda votação na CCJ, permitirá o avanço do mercado de ações e o desenvolvimento das empresas nacionais

Invocando o desenvolvimento da economia nacional e a consolidação do Brasil no mercado globalizado, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) pediu ontem que o Senado concentre sua atenção no projeto da nova Lei das Sociedades Anônimas, que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Hartung, o Senado não pode restringir sua atuação aos debates sobre a hipótese de quebra de decoro parlamentar pelos senadores acusados de violar o painel eletrônico de votação. Ele considera importante que o Conselho de Ética conclua seus trabalhos e que o Senado decida soberanamente o destino dos envolvidos no caso, mas observou que é fundamental modificar a Lei das Sociedades Anônimas.

Segundo o parlamentar, é necessário o financiamento para a modernização do parque produtivo nacional. Segundo disse, o espaço para crescimento e a falta de capital para a reestruturação de uma empresa significam a diferença entre a consolidação de uma marca ou sua inviabilidade. Por isso, ele sustenta a importância da abertu-

ra do capital como um caminho para o desenvolvimento das empresas nacionais e um referencial seguro para novos investidores.

O senador disse que, no Brasil, o mercado acionário tem um “desempenho pífio”, lembrando

que, apesar de o país estar entre as dez maiores economias do mundo, o movimento das bolsas de valores está muito aquém das possibilidades. Entre as causas desse situação, ele citou o elevado índice de sonegação fiscal e a desconfiança da sociedade ante as escassas garantias dadas pela atual legislação aos acionistas minoritários.

Com nove emendas destinadas a modificar o projeto que se encontra na CCJ, Hartung disse ainda que o texto representa um avanço na legislação do mercado de ações. A proposta, afirmou, confere mais transparência ao mercado e assegura direitos aos detentores de ações preferenciais e aos acionistas com direito a voto, oferecendo



Hartung: o Senado não pode restringir os debates às denúncias do painel

mais segurança e estabilidade ao setor. O senador afirmou também que o projeto dá mais consistência à Comissão de Valores Mobiliários.

ARMÍNIO

O senador Paulo Hartung também elogiou o presidente do Banco Central,

Armínio Fraga, que, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* publicada ontem, previu estabilidade para as taxas de juros no curto prazo. Segundo o parlamentar, tem sido grande a preocupação com a possibilidade de uma escalada nos juros em razão da crise que afeta a Argentina e das incertezas da economia norte-americana.

– Foi uma entrevista relevante, sincera e equilibrada – disse Hartung.

Segundo o senador, o presidente do BC emitiu outros sinais importantes, como o de que já cessou o impacto da desvalorização cambial sobre os preços e que o país terá crescimento em torno de 5% este ano.

## CAS realiza audiência para instruir projeto sobre reprodução assistida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, após a ordem do dia, audiência pública com a finalidade de instruir projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata da reprodução assistida. A reunião foi solicitada pelo relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC). O projeto, que já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), terá decisão terminativa na CAS. Ou seja, se aprovado, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que seja submetido ao Plenário.

Foram convidados para participar da audiência pública o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência



A audiência pública foi solicitada por Tião Viana



Lúcio Alcântara é o autor do projeto, já aprovado pela CCJ

(SBPC), Glaci Therezinha Zancan; a professora de bioética da Universidade Estadual de Feira de Santana, Eliane Azevedo; o coordenador da Pastoral Nacional da Saúde da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre José Edson da Silva; o presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, Edmund Chada Bacarat; o presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida, Edson Borges Júnior; e o presidente da Sociedade

Brasileira de Reprodução Humana, Joaquim Roberto Costa Lopes.

O projeto de Lúcio Alcântara define as técnicas de reprodução assistida como aquelas que importam a implantação artificial de gametas ou embriões humanos no aparelho reprodutor de mulheres receptoras com a finalidade de facilitar a procriação. Também estipula normas que deverão ser seguidas pelos estabelecimentos e profissionais que aplicam a reprodução assistida.

A matéria trata ainda da filiação das crianças nascidas a partir de gameta ou embrião doado ou por meio de gestação de substituição. Também integra o projeto uma seção sobre os crimes e as respectivas penalidades na prática irregular da reprodução assistida. Todos esses pontos deverão ser discutidos na audiência pública da CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

# Agripino alerta que EUA estão minando Mercosul

Senador, que participou de seminário em Buenos Aires com parlamentares e diplomatas latino-americanos, adverte que as negociações bilaterais com os Estados Unidos abrem uma “fenda profunda e perigosa” no Mercado Comum do Sul

## Jucá elogia a posição de FHC sobre patentes farmacêuticas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou ontem a posição assumida pelo governo brasileiro na disputa sobre patentes farmacêuticas e no combate aos subsídios agrícolas concedidos pelos Estados Unidos e Europa. Ele se referiu à firmeza com que o presidente Fernando Henrique Cardoso “impôs uma visão humanística” no conflito que levou os EUA a manterem o Brasil na lista de observação sobre patentes e propriedade industrial.

Referindo-se às críticas do governo norte-americano à fabricação, pelo Brasil, de remédios genéricos para combater a Aids, Jucá condenou a atitude dos laboratórios estrangeiros e pregou a tese de que “fundamental é preservar a vida”. Para ele, é inadmissível valer-se da



Na opinião do senador Romero Jucá, “fundamental é preservar a vida”

propriedade intelectual sobre medicamentos para justificar prejuízos à saúde das pessoas. Ele também elogiou a determinação com que Fernando Henrique criticou os subsídios concedidos pelos países ricos.

## Marina defende agenda em favor de nações indígenas

A luta das comunidades indígenas e os resultados que ela tem produzido devem inspirar a elaboração de uma agenda para o Legislativo e o Executivo com o objetivo de transformar a situação dos índios e sua relação com o Estado, segundo a senadora Marina Silva (PT-AC). A agenda, na opinião dela, deve considerar, prioritariamente, o diálogo do Executivo com as nações indígenas, seus líderes e organizações.

No âmbito do Legislativo, Marina defendeu a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, segun-



Marina: prazo constitucional acabou e só 32% das terras indígenas foram demarcadas

do ela, “é consenso no movimento indígena e integra o Brasil à evolução das relações com os povos indígenas em nível internacional”. A senadora também pregou a desobstrução do processo de definição do Estatuto das Sociedades Indígenas e a retomada da discussão de uma representação política especial para as comunidades indígenas.

Ela lembrou que o ano 2000 foi marcado por inúmeros casos de violência contra as comunidades indígenas do país e ressaltou que há sete anos esgotou-se o prazo previsto pela Constituição para a demarcação de todas as terras indígenas, com apenas 32% delas demarcadas. Além disso, grande parte das terras, demarcadas ou não, sofre ocupação em decorrência de projetos de colonização, abertura de estradas, instalação de hidrelétricas, linhas de transmissão, hidrovias, ferrovias, gasodutos e oleodutos.

O uso de recursos naturais, as invasões e a demora nas demarcações violam o disposto no artigo 231 da Constituição, que determina à União o dever de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas, ressaltou.

Ao regressar da Argentina, onde participou de um seminário realizado em Buenos Aires entre parlamentares e diplomatas de países latino-americanos, o senador José Agripino (PFL-RN) reafirmou sua convicção de que o Mercosul representa a “opção preferencial” tanto do Brasil quanto da Argentina. Ele observou, no entanto, não ser possível desprezar as oportunidades de negócios que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderá oferecer a ambos os países.

Agripino divulgou o comunicado conjunto assinado entre o PFL e o Partido Justicialista argentino em que as duas agremiações reiteram que as negociações sobre a Alca não devem ocorrer antes de janeiro de 2005, com entrada em vigor em dezembro do mesmo ano. “Os partidos entendem que a Alca deva incentivar o livre comércio, sem práticas que distorçam o aces-



Para Agripino, o Mercosul deve se manter como “opção preferencial” para o Brasil e a Argentina

so aos mercados, como barreiras não-tarifárias e subsídios, especialmente no setor agrícola”, diz o documento.

Segundo Agripino, durante o seminário ficou clara a importância da ação coordenada e conjunta do Mercosul no processo negociador da Alca como única es-

tratégia para garantir ao Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai uma capacidade maior de influência e defesa de seus interesses.

Ele alertou que as diferenças entre os Estados Unidos, o Canadá e os países latino-americanos em relação à produtividade da economia, taxa de juros e sistema tributário representam motivos de preocupação. “Não podemos abrir livremente nossos mercados sem antes harmonizar essas diferenças, sob pena de sermos vítimas de concorrência desleal”, disse.

Para o senador, os Estados Unidos estão abrindo “uma fenda profunda e perigosa” no Mercosul, ao negociar uma multiplicidade de acordos bilaterais com vários países latino-americanos. “Ao negociar bilateralmente com o Chile, a Argentina e outros, os Estados Unidos vão conseguindo minar a força conjunta do Mercosul”, advertiu José Agripino.

## Missões diplomáticas poderão ter isenção de CPMF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa na reunião marcada para as 10h de hoje projeto de lei do governo federal que estende a isenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) a missões diplomáticas, consulados e representações de organismos internacionais instalados no Brasil e aos seus funcionários que não residam permanentemente no país. A matéria, já aprovada pelos deputados, tem parecer favorável do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

— O exame da matéria revela a oportunidade e a conveniência da sua aprovação, que atende a compromissos internacionais do Brasil, fundados inclusive em reciprocidade no tratamento tributário das representações diplomáticas — afirma o relator do projeto, que, se for aprovado pelo Senado, segue para sanção do presidente.

Também consta da pauta projeto que busca orientar a política agrícola pelas diretrizes estabelecidas nos planos de safra e nos planos plurianuais. A proposta altera a Lei Agrícola. O relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT), recomenda a aprovação da matéria, enviada pela Câmara. Para Jonas, o governo precisa har-

monizar as ações dos diversos órgãos públicos e acabar com a falta de instrumentos capazes de nortejar o planejamento da agricultura nacional, o que deixa os agricultores à mercê “dos humores das autoridades econômicas de plantão”.

A CAE deve se pronunciar ainda sobre o projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui incentivo fiscal para as empresas manterem em seus quadros servidores com mais de 40 anos. Pedro Simon (PMDB-RS), que relata a proposta favoravelmente, explica que as empresas poderão deduzir do lucro tributável até 25% dos valores gastos com salários e encargos sociais dos empregados acima daquela ida-



Defensor da isenção, Lúdio diz que ela “atende a compromissos internacionais do Brasil”

de, que devem representar 30% do número total de trabalhadores da empresa. A proposta limita o incentivo a salários de até R\$ 3 mil.

— Nada indica que haverá reversão espontânea na política das empresas de excluir de seus quadros as pessoas mais velhas. O problema da marginalização dos velhos vai adquirir contornos dramáticos se medidas não forem tomadas para estimular as empresas a mudar a política de pessoal — argumenta o autor do projeto.

Os membros da CAE também devem se manifestar sobre parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao pedido do governo de São Paulo para cancelar 140.303 Letras Financeiras do Tesouro do estado, que foram bloqueadas temporariamente pela CPI dos Títulos Públicos. Fogaça recomenda que seja solicitado ao Banco Central um parecer conclusivo sobre a operação, antes que o Senado autorize o cancelamento.

Projeto de lei que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar e requalificar os botijões também está na pauta da comissão. O relator, Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), é favorável à proposta.